



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 27ª REGIÃO/RR



RESOLUÇÃO CRESS Nº 025/2020

EMENTA: Estabelece em caráter excepcional, e para o exercício de 2020, a extensão de prazos para o pagamento das anuidades de pessoa física e pessoa jurídica, no âmbito do CRESS e determina outras providências.

O presidente do Conselho Regional de Serviço Social 27ª Região/Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, que lhes são conferidas pela Lei 8.662/93, Resolução CFESS nº 891/2018 e Regimento Interno;

Considerando a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social;

Considerando a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

Considerando a Resolução CFESS nº 829, de 22 de setembro de 2017, que regulamenta as anuidades de pessoa física e pessoa jurídica e as taxas no âmbito dos CRESS, e determina outras providências;

Considerando a Resolução Normativa CFESS nº 853, de 21 de maio de 2018, que instala o Conselho Regional de Serviço Social 27ª Região/Roraima;

Considerando as deliberações do 48º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Belém/PA, de 05 a 08 de setembro de 2019;

Considerando a obrigação, de competência do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/Roraima, relativa a responsabilidade com a arrecadação de todas as contribuições que são devidas pelas pessoas físicas e jurídicas, inscritas em sua jurisdição;

Considerando a Assembleia Geral realizada em **04/10/2019**, na cidade de Boa Vista/RR, a qual referendou as deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS e aprovou anuidades de pessoa física no valor de **R\$ 462, 00 (quatrocentos e sessenta e dois reais)** e pessoa jurídica no valor de **R\$**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 27ª REGIÃO/RR



602,19 (seiscentos e dois reais e dezenove centavos) para EXERCÍCIO DE 2020, no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região;

Considerando a Resolução do CFESS nº 942, de 30 de março de 2020, que autoriza, em caráter excepcional e para o exercício 2020, a extensão de prazos para pagamento das anuidades de pessoa físicas e de pessoa jurídica;

Considerando que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, caracterizando-o como uma pandemia em 11 de março de 2020;

Considerando o Decreto nº 47/E, de 14 de abril de 2020, em que foi declarado estado de calamidade pública no âmbito do município de Boa Vista para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo Coronavírus (Covid19);

Considerando o Decreto nº 28.635, de 22 de março de 2020, em que foi declarado estado de calamidade pública em todo o território do Estado de Roraima para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (Coronavírus);

Considerando a Reunião do Conselho Pleno, realizada em **29/05/2020**, na cidade de Boa Vista, a qual referendou e aprovou a **RESOLUÇÃO CFESS nº 942, de 30 de março de 2020**, no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região.

RESOLVE:

Art.1º - Autoriza, em caráter excepcional, a extensão dos prazos para pagamentos das anuidades de pessoa física e pessoa jurídica do referido exercício, sem cobrança de juros e multas, desde que solicitada formalmente a prorrogação e a sua quitação integralmente até 31 de dezembro de 2020, nos seguintes casos:

I – inciso IV do Parágrafo Primeiro, do artigo 1º, da Resolução CRESS nº 008/2019;

II – 3ª a 6ª do Parágrafo Terceiro, do artigo 1º, da Resolução CRESS nº 008/2019;

III – parcelamento do Parágrafo Sexto, do artigo 1º, da Resolução CRESS nº 008/2019;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 27^a REGIÃO/RR



Parágrafo Primeiro: No caso do inciso I, o/a profissional que solicitar a emissão de novo boleto para pagamento da cota única do EXERCÍCIO 2020, poderá efetivar o pagamento até 31 de dezembro de 2020 sem juros ou multa:

Parágrafo Segundo: No caso do inciso II, não se trata do direito a novo parcelamento, mas a possibilidade dos/as profissionais que pagaram a 1^a e 2^a parcela, solicitarem a emissão de novos boletos das parcelas 3, 4, 5 e, que poderão ser quitados até 31 de dezembro de 2020, sem juros ou multa. O não pagamento das parcelas 1^a e 2^a gera juros e multa, visto que estão fora do prazo da Resolução CFESS nº 942/2020, que só foi instituída em 31 de março de 2020.

Parágrafo Terceiro: O parcelamento usualmente feito no segundo semestre com juros e multa, será feito em 2020 excepcionalmente sem juros e multa, desde que solicitado formalmente pelo/a profissional e que a última parcela seja quitada até 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º- Fica autorizado, ainda, que os acordos firmados até a publicação da presente resolução, tenham as parcelas com vencimento em março, abril e maio de 2020 transferidas para o final do parcelamento, sem cobrança de juros e multa e desde que solicitado formalmente.

Art. 3º- Esta resolução não se aplica aos/as novos/as assistentes sociais, vista que a Resolução CFESS nº 924/2020 altera pontos específicos do Art.1º, da Resolução CFESS nº 829/2017 e os/as inscritos/as estão previstos em seu Art. 2º.

Art. 4º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Regional de Serviço Social, por deliberação de seu Conselho Pleno.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista, 01 de junho de 2020

Agnaldo Rodrigues dos Santos
Assistente Social - Conselheiro Presidente
CRESS nº 0560 27^a Região/RR